

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

CHAMADA DE TRABALHO

Governo aberto: caminhos para transparência, dados abertos, participação, colaboração e *accountability*

Editores Convidados

Alex Bruno F. M. do Nascimento (Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/UFCG, Brasil)

Diana Cruz Rodrigues (Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Administração – PPAD/Unama, Brasil)

Gabriela de Breláz (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, Brasil)

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke (Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de Governança Pública – Cesfi/Udesc, Brasil)

Thiago Ferreira Dias (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – PPGP/UFRN, Brasil)

As submissões **prorrogadas** até 1 de abril de 2024

Desde o final da década de 1970 no mundo, e precisamente no Brasil a partir da década de 1990, as Administrações Públicas vêm empreendendo mudanças quanto às práticas administrativas e às interações entre Estado e sociedade, em especial, com a incorporação do *accountability* democrático e da participação cidadã, de modo que novas práticas institucionais começam a ser implementadas com intuito inicial de trazer eficiência e economicidade às ações públicas, o que no Brasil se convencionou denominar “Gerencialismo” (Bresser-Pereira, 1996).

Num segundo momento, emerge um movimento de aperfeiçoamento na melhoria da entrega de serviços públicos, a partir da ampliação e fortalecimento da relação interacional entre Estado e sociedade para alavancar o desempenho das Administrações Públicas, movimento denominado “Nova Governança Pública” (Osborne, 2006).

Nas ações de interação, incluem-se desde mecanismos de transparência e controle social até espaços e institucionalização de políticas públicas, entre as quais a estratégia de coprodução ganha espaço (Ostrom, 1996; Pestoff, 2006). Neste contexto, há demanda pela ampliação das ações de dados abertos, transparência, participação e colaboração cidadã junto aos governos com vistas a contribuir para a melhoria do desempenho da Administração Pública e da qualidade de vida da população.

A transparência e a disponibilização de dados públicos são princípios fundamentais para uma boa governança, pois contribuem para o fortalecimento da democracia, uma vez que possibilitam mecanismos de controle social mais eficazes e fundamentais para o combate à corrupção. Trata-se não

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

somente de disponibilizar informações, mas também de permitir aos cidadãos conhecerem as atividades dos governos, suas políticas, decisões, gastos gerais e permitir que estes sigam os princípios de *accountability* pelas decisões tomadas. Esse movimento de dados abertos governamentais é considerado por Kucera et al. (2013) um importante impulsionador de políticas de Governo Aberto.

Assim, emerge a concepção de Governo Aberto que congrega iniciativas e políticas coordenadas com o objetivo de aprimorar a Administração Pública e sua relação com a sociedade.

De acordo com Tai (2021) e Pinho e Silva (2019), na última década houve um significativo crescimento de estudos acadêmicos sobre Governo Aberto. Contudo, segundo Tai (2021), ainda existem lacunas significativas de pesquisa que impedem uma melhor compreensão sobre o fenômeno e o avanço das práticas existentes. Como o conceito está estabelecido na literatura? Como está sendo usado e implementado? Quais resultados e impactos podem ser atribuídos a essas iniciativas? E, segundo Piotrowski et al. (2022), podem ser adicionadas outras perguntas, como: Qual o papel de organizações internacionais nesse processo? Como essas podem ser usadas em alguns casos de modo oportunista e de “*window dressing*” (fachada)?

De modo geral, as iniciativas de Governo Aberto propõem uma nova cultura da Administração Pública que preza pela transparência e acesso à informação como direitos humanos, pela possibilidade de reutilização da informação do setor público (dados abertos), pelo fortalecimento da participação cidadã e estímulo a espaços colaborativos para cocriação e coprodução de valor público (Ramírez-Alujas, 2012), ressaltando que só se obtém êxito no desenvolvimento do modelo aberto como forma de gestão a partir do momento em que o gestor público encara a participação cidadão como positiva à Administração Pública, e tal fato implica cessão, distribuição, delegação e compartilhamento de poder com os cidadãos (Calderón & Lorenzo, 2010).

Dessa forma, há uma pressão para que os governos abram as “caixas-pretas” e compartilhem informações públicas, permitindo aos cidadãos analisarem-nas para melhor intervenção no espaço público. O cidadão passa a ser compreendido não apenas como um mero cliente, mas sim um ator social revestido de direitos políticos e sociais, e que deve ser coprodutor das ações públicas. Assim, estamos indo para além das ferramentas de dados abertos e de governo eletrônico para promover o Governo Aberto, pois, conforme Calderón e Lorenzó (2010) afirmam, pretende-se “realizar a governança democrática por meio de corresponsabilidade social na concepção e na implementação de políticas públicas” (p. 31).

Logo, esta chamada de edição especial tem por objetivo receber artigos que problematizem os avanços e as limitações das práticas de Governo Aberto, tanto nos exemplos internacionais quanto nos casos brasileiros com os impactos trazidos pela Lei de Acesso à Informação – Lei n. 12.527 (2011) (Angelico, 2023; Oliveira et al., 2022; Raupp, 2022), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (13.709/2018) e a adesão ao *Open Government Partnership* (OGP) no âmbito nacional e local (Breláz et al., 2021; Oliveira & Ckagnazaroff, 2023).

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

A prática de disponibilizar dados governamentais em formato reutilizável culmina no que a literatura denomina “dados abertos”, um dos pilares estruturantes do Governo Aberto, associado à participação, *accountability* e tecnologia. Em “Governos Abertos”, os agentes públicos se comprometem a tornar transparentes informações sobre suas ações, orçamento público, dados envolvendo a gestão pública, em geral. Além disso, empenham-se em criar processos participativos e colaborativos, bem como em prestar contas dos atos públicos para além da mera prestação de contas fiscal. Para tanto, disponibilizar dados abertos implica torná-los acessíveis, legíveis por máquinas e em formatos computacionais livres.

Outro tema que pode resultar em trabalhos para essa edição especial são análises feitas a partir dos grandes volumes de dados públicos, conhecidos como “*Big Data*”. Com o avanço tecnológico, a análise de dados possibilitou a realização de inferências com banco de dados cada vez maiores, portanto os pesquisadores podem explorar as *Big Data*, identificar padrões, tendências, correlações anteriormente desconhecidas e construir aprendizados de máquina com maior precisão, permitindo a formulação de políticas públicas mais eficazes e efetivas.

Assim, trabalhos que utilizem a ciência de dados na análise de dados abertos são bem-vindos, pois potencializam a base para a tomada de decisões governamentais e a participação cidadã a partir dos dados abertos. Da mesma forma, serão bem recebidos estudos críticos que abordem os riscos, limites e assimetrias nas aplicações de ciência de dados em dados governamentais abertos.

No entanto, sabe-se que os avanços tecnológicos não podem promover a exclusão social, ou seja, as ferramentas que disponibilizam os dados abertos devem ser acessíveis, claras e compreensíveis para toda a população. Portanto, serão aceitos trabalhos que versem sobre o processo de inclusão digital associados a iniciativas de transparência e dados abertos, trazendo para o debate experiências empíricas e reflexões teóricas que visem minimizar as desigualdades sociodigitais.

Assim, a adoção da postura de Governo Aberto contribui para o fortalecimento da democracia, uma vez que os governos podem reforçar seus mecanismos de *accountability* e responsabilidade com o uso dos recursos públicos, além de promoverem a participação cidadã no processo de tomada de decisão. Quando as informações são abertas e acessíveis, a população tem melhores condições de exercer seu papel de controle social e, por outro lado, as instituições de controle podem acompanhar com maior eficácia as ações governamentais, reduzindo, potencialmente, a corrupção e induzindo práticas de eficiência no setor público.

Além disso, iniciativas que envolvam a participação dos cidadãos nas decisões governamentais contribuem para a efetivação do Governo Aberto, permitindo que eles ofereçam contribuições, sugestões e críticas fundamentadas, o que aumenta a confiança nas instituições públicas e incentiva o envolvimento no processo de formulação de políticas públicas.

A título de sugestão, mas sem esgotar as possibilidades, indicamos o envio de artigos que versem sobre o tema central e suas relações com os seguintes subtemas:

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

- Conceção e princípios teóricos envolvendo Governo Aberto;
- Impactos do Governo Aberto na transparência pública;
- Papel da política e da burocracia na introdução e implementação de políticas de Governo Aberto nas Administrações Públicas;
- Relação entre Estado e sociedade: participação cidadã e coprodução pública;
- Desigualdades sociodigitais e soluções para mitigação;
- Reflexões críticas sobre a legislação que regulamenta o Governo Aberto;
- Experiências de dados abertos no setor público em diferentes entes federados com seus limites e potencialidades;
- Experiências de transformações digitais e suas reflexões críticas no contexto de Administrações Públicas;
- A importância do Governo Aberto no conceito e nas experiências de cidades inteligentes;
- Iniciativas de Governo Aberto: casos nacionais e internacionais;
- Avaliação de impacto de políticas de Governo Aberto;
- Uso de tecnologias da informação para implementação de Governo Aberto;
- Questões de segurança da informação e proteção dos dados públicos;
- Qualidade e acessibilidade dos dados públicos disponibilizados;
- Modelos supervisionados ou não supervisionados de *machine learning* a partir de dados abertos;
- Reflexões críticas, análises e inferências de grandes volumes de dados públicos – *Big Data*.

INSTRUÇÃO PARA SUBMISSÃO:

Serão aceitos artigos teóricos ou teórico-empíricos, observadas a formatação geral e demais orientações na seção “Artigos” das Diretrizes para Autor da CGPC, disponíveis em <https://periodicos.fgv.br/cgpc/autor>.

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Os trabalhos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvida sobre esta chamada, envie mensagem para Alex Bruno F. M. do Nascimento, alexbruno.fmn@gmail.com.

Informações completas sobre esta chamada e sobre o periódico estão disponíveis em <https://periodicos.fgv.br/cgpc/about/submissions>. Em caso de dúvidas sobre estes formatos, entre em contato com cadernosgpc-redacao@fgv.br.

SOBRE OS CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA:

A revista [Cadernos Gestão Pública e Cidadania \(CGPC\)](#) é publicada exclusivamente *on-line*, em acesso aberto, e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, avaliação duplo-cega e publicação

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

do periódico. Os CGPC não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

REFERÊNCIAS

- Angelico, F. (2023). *Open government data as an anticorruption intervention in global cities: Do local-level accountability actors actually use data* (Tese de doutorado, Fundação Getulio Vargas e Universidade de Lugano).
- Brelàz, G., Crantschaninov, T. I., & Bellix, L. (2021). Open government partnership na cidade de São Paulo e o programa São Paulo Aberta: Desafios na difusão e institucionalização de uma política global. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(1), 123-137. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200023>.
- Bresser-Pereira, L. C. (1996). Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, 47, 1-28. <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>
- Calderón, C., & Lorenzo, S. (2010). *Open government*. Editora Algon Editores/MMX.
- Kucera, J. C., D., Chlapek, & Necasky, M. (2013). *Open government data catalogs: Current approaches and quality perspective*. International Conference in Eletronic Government and the Information Systems Perspective EGOVIS/EDem. Springer-Verlag Berlin Heidelberg.
- Lei n. 12.527, de 18 de Novembro de 2011 (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm
- Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (2018). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm
- Oliveira, T. M. de, Júnior, Rodrigues, K. F., Xavier, F. L. S., Caldeira, D. M., & Canales, L. M. (2022). Dez anos da Lei de Acesso à Informação no Brasil: Trajetórias, avanços e desafios. *Revista da CGU*, 14(25), 1-4. <https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v14i25.522>

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

- Oliveira, D., & Ckagnazaroff, I. B. (2023). Governo aberto na cidade de São Paulo: Uma análise de políticas públicas abertas. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(2). <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210279.por>
- Osborne, S. P. (2006). The new public governance. *Public Management Review*, 8, 377-387. <https://doi.org/10.1080/14719030600853022>
- Ostrom, E. (1996). Crossing the great divide: Coproduction, synergy, and development. *World Development*, 24, 1073-1087. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X)
- Pestoff, V. (2006). Citizens and co-production of welfare services. *Public Management Review*, 8, 503-519. <https://doi.org/10.1080/14719030601022882>
- Pinho, M. D. C., & Silva, M. P. A. (2019, Maio-Agosto). Governo aberto e dados abertos governamentais: Um mapeamento e sistematização da produção acadêmica. *Comunicação & Inovação*, 20(43), 3-25. <https://doi.org/10.13037/ci.vol20n43.5711>
- Piotrowski, S., Berliner, D., & Ingrams, A. (2022). *The power of partnership in open government: Reconsidering multistakeholder governance reform (information policy)*. The MIT Press.
- Ramírez-Alujas, Á. (2012). Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta? *Revista Más Poder Local*, 12(Especial Redes Sociales y Gobernanza), 14-22. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4013852>
- Raupp, F. M. A. (2022). Transparência passiva nos maiores municípios brasileiros passados dez anos da Lei de Acesso à Informação. *Revista da CGU*, 14(25), 20-32. <https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v14i25.484>
- Tai, K.-T. (2021). Open government research over a decade: A systematic review. *Government Information Quarterly*, 38(2), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101566>